

ALMG homenageia os 20 anos da Defensoria Pública Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais

Reunião Especial de Plenário tem entrega de placa comemorativa e intervenção cênico-musical

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



PÁGINA 2

Fundação João Pinheiro apresenta resultados de diagnóstico para o Planejamento Estratégico 2023-2025 da DPMG

FOTOS: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Defensora-geral Raquel da Costa Dias fez a abertura da apresentação, destacando pontos fundamentais do Planejamento Estratégico. Mauro César da Silveira, da FJP, detalhou resultados do diagnóstico

A Assessoria Técnica da Presidência da Fundação João Pinheiro (FJP) apresentou, no dia 20/6, o diagnóstico de ambiente para a construção do Planejamento Estratégico 2023-2025 da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG). A apresentação foi feita por Mauro César da Silveira, Tamires Maia e Stephanie Sousa, representantes da FJP.

Foram realizadas análise documental, pesqui-

sas de ambiente interno e externo, entrevistas virtuais com atores externos e internos. Também integram o diagnóstico entrevistas presenciais e virtuais com usuários dos serviços da DPMG. O levantamento aponta aspectos positivos e pontos potenciais de melhoramentos na gestão e prestação de serviços da DPMG.

[Leia a matéria na íntegra](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública debate em audiência os impactos de projetos de mobilidade

PÁGINA 4

Defensorias Públicas emitem recomendação ao MS relativa à cartilha e audiência sobre aborto

PÁGINA 5

NESTA EDIÇÃO

- > Institucional: Homenagem _____ PÁGINA 2
- > Escola Superior | Deu na mídia _____ PÁGINA 3
- > Ações em destaque _____ PÁG. 4, 5 e 6
- > Mundo oficial | Nota de pesar _____ PÁGINA 7
- > Publicações | Cursos e Eventos _____ PÁGINA 8
- > Procedimentos e comunicados internos _____ PÁG. 9 e 10

INSTITUCIONAL: HOMENAGEM

ALMG homenageia os 20 anos da Defensoria Pública Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais

Em uma Reunião Especial de Plenário realizada na sexta-feira (24/6), a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) homenageou a Defensoria Pública Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH) pelos 20 anos de sua criação. A reunião foi solicitada pela presidenta da Comissão de Direitos Humanos da ALMG, deputada Andréia de Jesus. A parlamentar presidiu a sessão, representando o presidente da Casa, deputado Agostinho Patrus.

Compuseram a mesa de honra: o coordenador da DPDH, defensor público Aylton Magalhães; a defensora-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias; as deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira; o coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, promotor de Justiça Ângelo Silva de Assis; e o presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP-MG), Fernando Campelo Martelletto.

A defensora-geral do Estado, Raquel da Costa Dias, pontuou em seu pronunciamento a origem formal da Defensoria Pública Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais e ressaltou a atuação do órgão, primordialmente, “de forma extrajudicial, com atendimentos comunitários e defesa das pessoas e grupos vulneráveis”. Raquel da Costa Dias lembrou as pautas e temas que fazem parte do dia a dia da Especializada.

A deputada estadual Andréia de Jesus salientou o relevante trabalho que vem sendo prestado por defensoras e defensores públicos da DPDH. Para ela, o esforço e atuação “têm sido decisivos, seja em casos emblemáticos e de grande repercussão nacional e internacional, como o de Brumadinho”. A parlamentar destacou a grande contribuição da Defensoria ao Estado com a expressiva economia de gastos públicos, a partir da construção de soluções extrajudiciais.

O presidente da ALMG, deputado Agostinho Patrus, foi representado pela deputada Andréia de Jesus, que leu o discurso do parlamentar. “A Defensoria é um dos mais importantes instrumen-

FOTOS: MARCELO SANT'ANNA / DPMG



Deputada Andréia de Jesus faz a entrega de uma placa de homenagem à DPDH para a defensora-geral Raquel da Costa Dias



Encerrando a reunião, a assessora parlamentar da deputada Andréia de Jesus e atriz Carlandreia Ribeiro homenageou as defensoras e defensores públicos com uma intervenção cênico-musical

tos da democracia, sendo imprescindível ao Estado Democrático de Direito”, afirmou ele.

Presenças – A reunião contou com a presença do subdefensor público-geral de Minas Gerais, Nikolas Katopodis; do corregedor-geral da DPMG, Galeno Gomes Siqueira; da chefe de Gabinete da Defensoria Pública-Geral, Caroline Loureiro; da defensora pública Marolinta Dutra; das defensoras e defensores públicos em atuação na DPDH, Cleide Nepomuceno, Rachel Aguiar, Ana Cláudia Storch, Júnia Roman, Vladimir Rodrigues, Aylton Magalhães e Maria Auxiliadora Viana Pinto, recém aposentada.

O deputado estadual Mauro Tramonte participou de forma remota. Também prestigiaram a sessão o coordenador do Centro de Apoio Operacional especializado na área de conflitos agrários do MPMG, procurador de Justiça Afonso Henrique; e o segundo tenente Leonardo Inácio da Silva, da Corregedoria do Corpo de Bombeiros Militar.

[Leia a matéria na íntegra](#)



ESCOLA SUPERIOR

DPMG conclui Módulo III do Curso de Formação Continuada em Gênero e Raça/Etnia

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio de sua Escola Superior (Esdep-MG), com apoio da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEPMG), concluiu na sexta-feira (24/6) o Módulo III do Curso de Formação Continuada em Gênero e Raça/Etnia: Uma Perspectiva Interseccional da Defensoria Pública.

Participaram como facilitadoras Gilmara Silva de Oliveira, assistente social antirracista, consultora educacional com foco no combate à transfobia institucional, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em violência, raça/etnia Maria Quitéria, da Universidade Federal da Bahia (NUPEQ/UFBA), e Keila Simpson, travesti que atua com a população LGBTQIA+ em cenário nacional, atual presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), secretária da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT).

A defensora pública-auxiliar da Defensoria-Geral e coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, Samantha Vilarinho Mello Alves, também participou da apresentação, que teve como mediador o defensor público Paulo Cesar Azevedo de Almeida, membro da Câmara de Estudos de Igualdade Étnico-Racial, Identidade de Gênero e Diversidade Sexual da DPMG.



A discussão se fez a respeito da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti e intersexo, que seja custodiada, acusada, ré, condenada ou privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente, e a importância da desconstrução da imposição de um padrão de gênero presente na sociedade, além do respeito à autodeterminação de gênero e sexualidade da população LGBTQIA+ para romper com as práticas que potencializam violência e mortes.

O Módulo III está disponível no canal da DPMG no YouTube (c/defensoria mineira).

[Clique aqui para ver](#)

>> **O Módulo IV do curso terá sua primeira apresentação no dia 6 de julho.**



Defensora pública fala sobre reconhecimento de paternidade em entrevista ao programa 'Manhã Vitoriosa'

A defensora pública Mônica Alves da Costa (foto à direita), em atuação na Defensoria Pública de Minas Gerais em Ituiutaba, participou do programa Manhã Vitoriosa, na Rede Vitoriosa, para falar sobre o direito fundamental de reconhecimento da paternidade ou ao estado de filiação e como a Defensoria Pública de Minas Gerais atua neste caso. A entrevista aconteceu no dia 13 de maio.

Mônica Costa explicou que o direito ao reconhecimento da paternidade ou ao estado de filiação é assegurado na Constituição Federal, com regulamentação tanto no Estatuto do Adolescente quanto no Código Civil. Falou também sobre o trabalho da Defensoria Pública nesta área, oferecendo exame gratuito de DNA e o Mutirão Direito a Ter Pai.

Participou da reportagem também a cidadã Úrsula Faustino Maria que, por meio da atua-



ção da Defensoria do Estado, teve sua paternidade reconhecida aos 51 anos. Úrsula Maria contou que depois do reconhecimento no registro civil passou a ter convivência com o pai e a família paterna.

[Assista aqui a reportagem na íntegra.](#)

[Veja outros destaques](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública debate em audiência da ALMG os impactos de projetos de mobilidade, entre eles o Rodoanel Metropolitano

DPMG tem ouvido comunidades e acompanhado as ações de mobilidade. Instituição emitiu ofício e recomendação à Seinfra, buscando garantir a transparência na execução da obra pública, além de preservar o direito fundamental à moradia da população impactada

O defensor público Paulo César Azevedo de Almeida, que está à frente da Coordenadoria Estratégica em Tutela Coletiva (CETUC) da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), representou a defensora pública-geral Raquel da Costa Dias em audiência pública que debateu o andamento dos projetos de mobilidade previstos no acordo firmado entre a mineradora Vale e o Estado de Minas Gerais por danos causados pelo rompimento da barragem de Brumadinho. A reunião foi realizada no dia 14 de junho, pela Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Em sua manifestação, o defensor público falou sobre a importância da transparência na execução de obras de interesse geral, os impactos que esses projetos podem causar às famílias que tiverem seus imóveis desapropriados pelo poder público, e reforçou que a CETUC, juntamente com a Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), participou de audiência pública em Contagem, ocasião em que a comunidade atingida pelo traçado do Rodoanel foi ouvida, apresentando questionamentos sobre os impactos ambientais e quanto à garantia dos direitos de moradia.

Atuação DPMG – Com o objetivo de assegurar a moradia de milhares de famílias que serão remo-



FOTOS: GUILHERME BERGAMINI/ALMG

O defensor público Paulo César Azevedo durante a audiência pública na ALMG que integrou as atividades do Fiscaliza Mais, iniciativa do Parlamento que aprofunda a fiscalização das ações do Executivo

vidas, a Defensoria Pública expediu, em 13 de junho, uma recomendação e um ofício à Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura (Seinfra), documentos assinados por Paulo Cesar Azevedo de Almeida (CETUC) em conjunto com a defensora pública Cleide Aparecida Nepomuceno, da DDPH.

[Leia a matéria na íntegra e acesse os documentos encaminhados à Seinfra](#)

Coordenador local em Uberaba representa defensora-geral em audiência pública sobre violência obstétrica

O coordenador local da Defensoria Pública de Minas Gerais em Uberaba, defensor público Álvaro Ricardo Azevedo, representou a defensora



O coordenador local em Uberaba, defensor Álvaro Ricardo Azevedo, em pronunciamento na audiência pública



-geral Raquel da Costa Dias em audiência pública realizada na Câmara Municipal de Uberaba na quinta-feira (24/6).

Durante o encontro, autoridades, especialistas e demais pessoas convidadas debateram a votação sobre projeto de lei favorável ao enfrentamento da violência obstétrica, grave problema de saúde pública que acarreta inúmeros sofrimentos à vida da mulher.

Em sua fala, o defensor público ressaltou a importância da disseminação de informações sobre o assunto para a população em geral e da educação em direitos humanos para a melhora do quadro de violência obstétrica. “Lamentavelmente, observamos que este tipo de violência acontece com bastante frequência, e é por meio de depoimentos e das experiências pessoais que nos conscientizamos da necessidade de mudar essa realidade”, disse Álvaro Azevedo.

[Acesse aqui o vídeo da audiência](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensorias Públicas emitem recomendação ao Ministério da Saúde relativa à cartilha e audiência pública sobre aborto legal

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), em conjunto com as Defensorias de outros 11 estados, do Distrito Federal e a Defensoria Pública da União, enviou ofício ao Ministério da Saúde questionando os direcionamentos para o acesso ao aborto legal e as complicações impostas pela Pasta para a participação de uma audiência pública que discutirá o tema.

Prevista para a próxima terça-feira, dia 28 de junho, a audiência foi convocada em meio às repercussões do caso de uma menina de 11 anos que teve o acesso ao aborto legal negado após ser vítima de estupro.

Em relação à audiência, os questionamentos das Defensorias são relacionados à data tão próxima da reunião, cujo aviso foi publicado apenas seis dias antes de sua realização; além de estar prevista somente a transmissão online, com veda-

ção à participação virtual, o que impede que indivíduos e entidades que não estejam em Brasília possam participar.

O ofício questiona também a versão preliminar do guia do Ministério da Saúde com orientações para profissionais de saúde em casos de abortamento, cujo texto cria barreiras de acesso às situações já previstas em lei e por decisão do STF: para salvar a vida da gestante, se a gravidez resultar de estupro ou em caso de feto anencéfalo.

Expedido no dia 21 de junho, o ofício estabelece prazo de cinco dias para resposta e informa que as Defensorias podem adotar medidas judiciais contra o Ministério da Saúde caso as recomendações não sejam acolhidas, inclusive por eventos futuros imputáveis à sua omissão.

[Saiba mais e acesse, na íntegra, o ofício conjunto](#)

CASO SAMARCO

TRF1 anula decisão que prejudicava atingidos de Naque (MG)

Sentença e liminar obrigavam a contratação de advogado para atingidos receberem indenização

Uma ação impetrada (integrada) pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPE/MG), em conjunto com os Ministérios Públicos Federal (MPF) e de Minas Gerais (MPMG) e as Defensorias Públicas da União (DPU) e do Estado do Espírito Santo (DPE/ES), resultou na conquista de uma decisão no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) que suspende, parcialmente, a sentença que obrigava os atingidos do município de Naque (MG) a contratar advogado para auxiliá-los na adesão ao sistema indenizatório online criado pela Fundação Renova, chamado Novel.

Segundo a decisão, essa contratação deve ser considerada facultativa, sem prejuízo da assessoria jurídica gratuita, que inclusive deve ser disponibilizada pela Fundação Renova, conforme Cláusula 37 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado em 2016.

A decisão foi proferida pelo presidente do TRF1, desembargador federal José Amílcar de Queiroz Machado, e também suspende a obrigatoriedade da assinatura de termo de quitação definitiva para todos os danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, assim como a imposição da obrigação de desistên-

cia/renúncia de pretensões indenizatórias formuladas em ações com tramitação em países estrangeiros. Ainda suspende a imposição da contratação de advogado para fins de adesão, via plataforma online, ao termo de quitação definitiva para atingidos do município de Naque (MG), situado no Vale do Rio Doce, região leste de Minas Gerais.

Na decisão, o desembargador ainda ressaltou que os atingidos aceitaram o sistema Novel em razão de estarem em situação hipervulnerabilizada, e “aceitaram todas as obrigações impostas, inclusive as que são reputadas ilegais, uma vez que se encontravam em estado de absoluta necessidade dos valores, fechando, assim, acordos estando desprovidos de real autonomia”.

Agora, a Defensoria Pública de Minas Gerais junto às demais Instituições de Justiça que atuam no caso Samarco irão pedir a extensão dos efeitos dessa decisão para todos os demais territórios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, assim identificados no TTAC e na Deliberação CIF nº 58/2017.

[Saiba mais e leia, na íntegra, a decisão](#)

AÇÕES EM DESTAQUE: REPARAÇÃO BRUMADINHO

Governo de Minas e Instituições de Justiça participam de reuniões e acompanham processo de reparação em Brumadinho

Compromitentes do Acordo de Reparação com a Vale, entre eles a Defensoria Pública de Minas Gerais, participaram de entrega de sala de urgência em UPA

Representantes dos compromitentes do acordo judicial – Governo de Minas, Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e Ministério Público Federal (MPF) – estiveram em Brumadinho para acompanhar as ações da reparação aos danos provocados pelo rompimento das barragens da Vale. Durante a visita, realizada na terça-feira (21/6), os compromitentes também participaram de reuniões com membros da Prefeitura e vereadores.

Pela DPMG participaram os defensores públicos Antônio Lopes de Carvalho Filho, coordenador do Núcleo Estratégico de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise, e Felipe Soledade, que também atua no Núcleo. Os compromitentes acompanharam ainda a entrega dos equipamentos para a modernização da Sala de Urgência na UPA Valdemar de Barros.

Demandas locais – Durante o encontro, entre as demandas recebidas, os vereadores pediram esclarecimentos sobre o Programa de Transferência de Renda (PTR) e os critérios estabelecidos para o recebimento tanto dos moradores de Brumadinho, quanto dos demais municípios atingidos. Também, informaram a aprovação da Lei municipal que estabelece um comitê de lideranças para acompanhar a execução dos projetos e das obras na cidade.

Projetos em andamento – Brumadinho é o município com a maior reserva de recursos dentro da reparação, sendo reservado R\$ 1,5 bilhão para a execução de obras e projetos de fortalecimento do serviço público. Atualmente, sete projetos estão em execução e outros 28 estão em fase de planejamento e orçamento pela Vale.

[Leia a matéria na íntegra](#)



Sala de Urgência na UPA Valdemar de Barros recebeu novos equipamentos



Representantes das instituições participam de reunião com vereadores e membros da prefeitura

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensora pública de Minas debate enfrentamento ao tráfico de pessoas em encontro da DPU

A defensora pública Rachel Passos, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), participou do I Encontro de Defensores e Defensoras Representantes de Colegiados Nacionais, Regionais e Locais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Acolhimento às Vítimas.

O evento foi promovido pela Defensoria Pública da União (DPU) e aconteceu virtualmente nos dias 8 e 9 de junho.

Defensoras e defensores públicos federais e estaduais apresentaram um panorama sobre a participação das Defensorias nos comitês locais e espaços interinstitucionais que promovem o debate e o acolhimento a vítimas de tráfico de pessoas. O objetivo do evento foi aproximar membros e membras das Defensorias Públicas Estaduais, Distrital e da União, diretamente ligados ao tema. Foi proposto o debate de questões relevantes à atuação institucional para garantia do atendimento e acolhimento às vítimas, compartilhamento das experiências, bem como a articulação de ações futuras.



MUNDO OFICIAL

Defensoria Pública de Minas participa da inauguração da CEAJUR

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) participou na quarta-feira (22/6) da inauguração da Central de Apoio à Justiça Restaurativa, a CEAJUR, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). O evento ocorreu no novo prédio do Cen-



A defensora pública Ana Paula Coutinho Canela e Souza (1ª à direita) participou da solenidade na CEAJUR

– FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG

tro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional, o CIA BH. A coordenadora da Defensoria Especializada dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – Ato Infracional, defensora pública Ana Paula Coutinho Canela e Souza, representou a defensora-geral Raquel Costa Dias na solenidade.

A cerimônia foi conduzida pela coordenadora-geral do Comitê de Justiça Restaurativa do TJMG, desembargadora Ilda Teixeira da Costa, e pelo auxiliar da Vara Infracional de Infância e Juventude, juiz Afrânio José Fonseca Nardy.

Os trabalhos da Central serão conduzidos pelo Comitê de Justiça Restaurativa. Uma equipe interinstitucional, das quais a DPMG tem papel relevante, soma esforços para a agilidade dos atendimentos prestados que contribuirão na prevenção da reiteração infracional e na efetividade da repressão ao ato praticado.

DPMG prestigia entrega da sede definitiva da Academia dos Bombeiros

FOTO: MARCELO SANT'ANNA / DPMG



Comandante-geral do CBMMG, coronel Edgard Estevo da Silva; governador Romeu Zema; e o defensor público-auxiliar Guilherme Deckers

O defensor público-auxiliar da Defensoria-Geral, Guilherme Andrade Carneiro Deckers, representou a defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, na cerimônia de entrega do Complexo Pampulha para o Corpo de Bombeiros Militar (CBMMG). A entrega foi oficializada na quarta-feira (22/6), pelo governador Romeu Zema, junto ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, coronel Edgard Estevo da Silva. O espaço equivalente a 15 campos de futebol ficará em definitivo com a corporação, que já o vinha utilizando de maneira provisória desde 2019 para abrigar a Academia de Bombeiros Militar (ABM).



Nota de pesar/Defensor público Hélio da Gama

A Defensoria Pública de Minas Gerais comunica, com imenso pesar, o falecimento do defensor público Hélio da Gama, no domingo (26/6), em Belo Horizonte. Hélio da Gama atuava na área Criminal da Capital. O velório acontece na segunda-feira (27/6), a partir das 11h40, no Cemitério Parque da Colina.

Em toda a sua trajetória na Defensoria Pública de Minas Gerais, Hélio da Gama demonstrou sensibilidade em favor das pessoas em situação de vulnerabilidade. Ele foi idealizador do projeto "Dois contra o mundo", que levou capacitação em Direito para estudantes universitários, dos cursos de Direito e Assistência Social, moradores de comunidades de Belo Horizonte. Durante a pandemia de Covid-19, o defensor público liderou uma rede de solidariedade



para levar doações de alimentos e produtos de limpeza e higiene às comunidades, atendendo centenas de famílias.

Aos familiares e amigos, nossas condolências e solidariedade.

PUBLICAÇÕES

8ª edição da Revista da Defensoria Pública de Minas Gerais receberá artigos até 15 de agosto

O prazo para envio de artigos para a edição nº 8 da Revista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais foi prorrogado para o dia 15 de agosto. “Direitos Humanos: extensão, desafios e perspectivas” é o eixo temático desta edição.

A publicação oficial da DPMG tem como finalidade divulgar conhecimento científico jurídico voltado para disseminar pesquisas e exposição de diferentes pontos de vista que possam contribuir para atenuar a vulnerabilidade de grupos sociais.

Os artigos deverão ser encaminhados até o dia 15 de agosto, exclusivamente por mensagem eletrônica dirigida ao e-mail: revista@defensoria.mg.def.br, contendo também um breve currículo de quem assina o trabalho.



[Acesse aqui o Edital e o Aditivo nº 1 com a prorrogação do prazo](#)

CURSOS E EVENTOS

Defensoria Pública de Minas Gerais e Esdep promovem palestras no

DIA INTERNACIONAL LGBTQIA+

28 de junho

SISTEMA DE JUSTIÇA: REPRESENTATIVIDADE E GARANTIA DE DIREITOS LGBTQIA+

Manhã - 9h às 12h
Auditório da DPMG
Rua dos Geraíjeras, 1707 - Barro Preto

PALESTRANTES:

- Dr. Maria Cecília Oliveira - Defensora pública
- Dr. Ana Paula Machado Nunes - Defensora pública
- Dr. Helton Magno da Silva - Procurador da República

MEDIADOR:
Dr. Paulo César de Almeida - Defensor público

ACOLHIMENTO HUMANIZADO E ADEQUADO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA DPMG

Tarde - 14h às 17h
Auditório da DPMG

Transmissão pelo canal:
Youtube.com/c/defensoriamineira

MEDIADOR:
Dr. Vladimir Rodrigues - Defensor público

- Luciano Roque Azevedo - Psicólogo
- Júlia Inês Costa - Ativista social
- Rose Karen Salin - Advogada e ex-estagiária DPMG

ESDEP ESCOLA SUPERIOR DE DEFENSORIA PÚBLICA

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

ABRE INSCRIÇÕES PARA O

CASAMENTO COMUNITÁRIO

IPATINGA - 2022

Serão celebrados 50 casamentos simultâneos!

Inscrições gratuitas e limitadas
Até 4 de julho | das 8h às 17h

Onde se inscrever:
Defensoria Pública de Minas Gerais - Unidade Ipatinga
Rua Poços de Caldas, 69 - 2º andar - Centro - Ipatinga/MG

Informações:
(31) 9 8491-0873 (WhatsApp)
www.defensoria.mg.def.br

Cerimônia: 3 de agosto
Centro Cultural Usiminas - Shopping Vale do Aço
Av. Pedro Linhares, 3.900A, Ipatinga - MG, 35160-290

DPMG e Banho de Amor – atendimentos

De 18 às 21 horas: **28 de junho** – Pça Afonso Vaz de Melo – Lagoinha; e **5 de julho** – Praça da Estação.



IMPORTANTE: Faça seu login no 'Gerais' antes de clicar nos links

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

DEFENSORIA-GERAL

Defensora pública-geral Raquel da Costa Dias pontua ações no balanço do primeiro mês de gestão

[Veja o vídeo](#)

Inconsistência no PJe

A Defensoria Pública-Geral informou, no dia 22/06, que PJe (Processo Judicial Eletrônico) passa por inconsistência relativa à distribuição automática das intimações, demandando dos funcionários responsáveis esforço hercúleo para conseguir distribuir manualmente todas as intimações recebidas. Em razão do exposto é possível a ocorrência de atraso de 01 (um) a 02 (dois) dias nas distribuições. Informou ainda que está em contato direto com o Tribunal de Justiça em busca de solução rápida e eficaz.

Relatório de Fechamento do PGA 2021/2022

[>> Veja aqui o documento](#)

Abertura de consultas para cooperação voluntária e temporária

>> *Inscrições devem ser feitas por e-mail direcionados para cooperacao@defensoria.mg.def.br*

- **Abre Campo / Sessão do Júri** – dia 05/julho/2022. Inscrição por e-mail, até 23h59 de 29/junho/2022.

[Resolução 931/2022 \(DODP 25/06/2022\)](#)

- **Betim / Mutirão Betim do Júri** – nos meses de agosto e setembro. Inscrição por e-mail, até as 13h do dia 6 de julho de 2022.

[Resolução nº 905/2022](#)

- **Conceição do Mato Dentro**

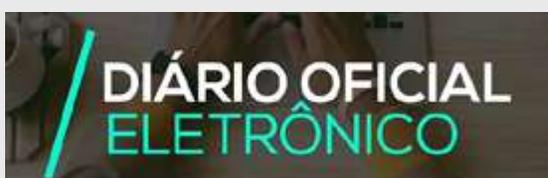
-> **Sessão do Júri** – dias 6 e 13 de julho de 2022. Inscrição por e-mail, até 23h59 do dia 29 de junho de 2022.

[Resolução nº 929/2022](#)

-> **Processos Pje, SEEU e supervisão de atendimentos/orientações de forma remota** – de 18 a 29/julho de 2022, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição por e-mail, até às 23h59 do dia 29/junho/2022.

[Resolução 930/2022 \(DODP 25/06/2022\)](#)

- **Uberaba / 1ª Defensoria Cível** – de 28/junho a 28/setembro/2022, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição por e-mail, até às 13h do dia 27 de junho de 2022.

[Resolução nº 923/2022](#)**Acesse aqui outras publicações**

Série de cards "Entenda o SEI na Defensoria"

A Defensoria Pública de Minas Gerais iniciou, nessa semana, uma série de cards, a ser veiculado às terças e quintas-feiras, para prestar informações e orientações sobre o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), implantado pela Defensoria Pública de Minas Gerais.



O QUE É?

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é um sistema de produção e gestão de documentos e processos eletrônicos desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e cedido gratuitamente à administração pública. Tem como objetivo promover a eficiência administrativa.

A Defensoria segue atenta às necessidades de inovação. Por isso, em breve, toda a tramitação de documentos internos e externos será feita por meio do SEI-DPMG.



Vantagens do SEI

PORTABILIDADE: 100% Web e acessado por meio dos principais navegadores

SISTEMA INTUITIVO: bem estruturado com boa navegabilidade e usabilidade

ECONOMIA: de papel, material de escritório e serviços de postagem, além da redução de custos em logística e transporte de documentos

TRANSPARÊNCIA: permite maior produtividade, rapidez, transparência e segurança aos trâmites administrativos. Dá celeridade ao andamento dos processos e elimina perda e extravios de documentos

TRAMITAÇÃO EM MÚLTIPLAS UNIDADES: várias unidades podem ser demandadas simultaneamente a tomar providências e manifestar-se no mesmo expediente administrativo

*continua >>*

IMPORTANTE: Faça seu login no 'Gerais' antes de clicar nos links

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

>> *continuação*

SGPSO INFORMA

Novas regras de agendamento de perícia médica

A Superintendência de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional (SGPSO) comunica que foram alteradas as regras para agendamento de perícia médica junto à Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag).

[Veja o 'Passo a passo: Solicitação de LTS documental – SEI'](#)

[Clique para ler o informativo 'Orientação Perícia Médica', que contém todas as novas regras.](#)

>> *O prazo para agendamento da perícia médica permanece o mesmo, de três dias úteis, contados da emissão do atestado médico/odontológico.*

SRLI/DPA

Atualização do Modelo de requisição de material

Os pedidos feitos durante o mês de julho só serão aceitos por meio do novo modelo.

[Clique aqui para acessar](#)

>> A planilha pode ser acessada pelo menu lateral à esquerda: DIRETORIA DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO > NORMAS E PROCEDIMENTOS > ...

FALECIMENTOS: NOTA DE PESAR

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais comunica, com profundo pesar, os seguintes falecimentos, na ordem:

- **sr. Emerson David, irmão do defensor público Glauco David de Oliveira Sousa**, em atuação na Defensoria Especializada de Segunda Instância e Tribunais Superiores – Cível/Direito Público, na sexta-feira (24/6);
- **sr. José Deusdedit da Motta, pai do defensor público Ronaldo Araújo e Motta**, em atuação na comarca de Betim, no sábado (25/6);
- **sr. Nilson Aparecida de Moura**, supervisor da faxina na Defensoria Pública em Belo Horizonte, um funcionário muito querido na Instituição, no domingo (26/06); e
- e o **defensor público Hélio da Gama e Silva**, que atuava na área Criminal da Capital, também no domingo (26/6), em Belo Horizonte (*veja nota de pesar na página 7*).

Aos familiares e amigos, nossas condolências e solidariedade.

_____ //